

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Uma deputada ou um deputado nesta Assembleia tem por dever contribuir, de acordo com o seu estatuto, para a observância da Constituição e do Estatuto dos Açores. O mesmo é dizer que zela pela Autonomia e pelo prestígio dos trabalhos desta Assembleia, assumindo competência legislativa nem sempre visível mas de insofismável importância e exercendo funções de fiscalização atenta e atempada.

O objecto da minha intervenção é exactamente clarificar o que é e o que não é e desmistificar o que acontece e o que não acontece mas que se diz que acontece – e, por vezes, até parece que se pretende que aconteça.

Ultimamente tenho testemunhado uma campanha de mistificação acérrima, de confusão insistente, de negativismo carregado, de detracção obstinada, de insinuações por vezes indecorosas que criam um clima de derrotismo fatalista nos Açores e, muito acentuadamente, no Faial.

Afirmações falsas e persistentes grassam por aí, com um toque de calúnia e um cheiro a desconhecimento, perfidamente comuns e pouco imaginativas, invocando tristezas, insuflando penas e

pesares, ventilando desgostos, debatendo indiferenças, agitando angústias, profetizando desgraças e ensaiando futurismos desmoralizantes sobre a importância política desta ilha; afirmações que sustentam o que não é mas que dizem que é e vêm a corroer a outrora intrépida alma faialense, a construir fantasmas devoradores do ânimo e da dignidade desta ilha, a amarfanhar a energia positiva dos seus habitantes.

Afirmações repetidas até à exaustão, a propósito e a despropósito, vão minando a confiança da população faialense, vão mistificando o rumo, vão denegrindo imagens e edificando mitos, vão alicerçando preconceitos e estereótipos e vão sugestionando inverdades como se fossem confidências de quem muito sabe dos meandros da política.

Não atribuiria grande importância a estas manobras insidiosas, não fora o respeito que os faialenses me merecem. Chega de apreensões, de revoltas e de interrogações. Chega de negativismos tenebrosos. Vamos às respostas.

O meu dever é, antes do mais, para com estas ilhas, para com os açorianos, para com os faialenses que me confiaram o seu voto. Não posso nem devo escamotear a realidade nem subtrair parcelas de uma soma. Nem vou assistir às constantes tentativas de deteriorar a auto-estima dos faialenses sem repor os factos e lembrar os seus contextos.

Factos: nunca houve tanto investimento no Faial como na última legislatura, à parte a situação excepcional do sismo – dizem os números, dizem as obras que estão à vista de todos. Quais obras? A nova escola secundária – um investimento de cerca de 20 milhões de euros; a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, um equipamento de cerca de 7 milhões; o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e a consolidação do Farol, uma obra que faz da nossa história recente uma mais-valia para a terra e para os seus visitantes – um investimento superior a 7 milhões.

Recuando um pouco posso mencionar a 1ª fase da Variante, a Escola da Vista Alegre, a Escola Profissional, a beneficiação do parque escolar do 1º ciclo, as obras da Casa de Infância de Santo António com a remodelação e reconstrução dos edifícios do Jardim de Infância e Escola, da creche e de três residências femininas, o Centro de Cuidados Geriátricos da Santa Casa da Misericórdia, a Lagoa Artificial, a construção de fogos no âmbito de programas a custos controlados e muito mais.

Mas não falemos apenas da obra feita, porque não vivemos embevecidos com ela; pelo contrário, vivemos na luta do que falta fazer. E falemos serenamente, equilibradamente, com a consciência de que, num momento de crise, todas as pessoas de boa fé e com bom senso percebem que nem tudo o que é necessário pode ser feito. Falemos explicando claramente aos faialenses e aos açorianos todos – disse bem: todos – que os compromissos assumidos e os investimentos previstos devem ser reequacionados

com rigor, com ponderação, com aferição da sua reprodutividade, com sentido de responsabilidade. A crise séria que o mundo vive exige de nós sentido de Estado e partilha das dificuldades. Temos de viver com o que temos e sem hipotecar o futuro. Dando especial atenção às políticas sociais, às vulnerabilidades e fragilidades de cidadãos que carecem de discriminação positiva. A nossa missão neste momento é a de ser solidários, não algozes. Não podemos pautar as nossas decisões pelo que seria correcto há um ano, dois ou três atrás. A crise é para vencer, mas para a vencermos temos de a encarar corajosamente e de decidir, não o que gostaríamos, mas o que é adequado e oportuno neste momento. Esta atitude é senso comum. É deste senso e deste realismo que precisamos. De nos ajudarmos e de darmos as mãos, ao invés de apontar o dedo.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Falemos então da obra que todos os faialenses desejam: a ampliação da pista do aeroporto. Todos sabemos que compete à ANA, S.A. o investimento e que a definição de prioridades daquela empresa não contemplou o aeroporto da Horta. Obviamente que não vamos desistir deste objectivo mas percebemos que teremos de aguardar um pouco mais antes de estarem reunidas as condições para ele se concretizar. Obviamente também que o governo da República, a braços com os problemas conhecidos,

também tem responsabilidades nesta matéria. E obviamente também que o governo dos Açores continua atento e diligenciará até obter resultados. E nós estaremos aqui para lembrar essa promessa e para insistir na sua devida concretização.

Campo de Golfe e Termas do Varadouro: investimentos que não pertencem ao GRA e que a iniciativa privada não concretizou de acordo com as expectativas. Lamentamos. Acreditamos que, vencida a crise e restaurada a confiança dos empresários, os projectos na área do turismo.

Estádio Mário Lino: na ilha do Faial já existe um complexo desportivo, integrado na Escola Manuel de Arriaga e que serve toda a ilha; é financeiramente inviável assegurar, neste momento e em simultâneo, a construção de duas grandes obras como a Escola Básica Integrada da Horta e o Estádio Mário Lino. Neste contexto, o governo decidiu hierarquizar as prioridades de investimento na área da educação e do desporto, dando prioridade à Escola e considerando não ser exequível financeiramente o estádio Mário Lino.

2ª fase da Variante, uma reivindicação faialense com alguns momentos menos felizes. O projecto do concurso está em fase de preparação, prevendo-se o lançamento do concurso até final do ano. Trata-se, como todos sabemos, de um traçado com cerca de 2km, definido no Plano de Urbanização da cidade da Horta, aprovado na Assembleia Municipal e recentemente publicado.

Largo Jaime Melo e Ramal da Fajã são compromissos eleitorais que seguirão o seu curso nesta legislatura, de acordo com o momento que vivemos mas sem esquecimentos nem indiferença.

Em síntese: é compreensível a reavaliação em cada momento dos projectos a concretizar e das previsões que todos gostaríamos de continuar a ter. É igualmente compreensível e desejável que, nesta fase da nossa economia e do contexto internacional, tenhamos confiança nas decisões do governo e não queiramos que faça mais do que o que pode; de um governo exigimos que governe, não que faça tudo o que os eleitores querem. Um governo que governa é um governo que decide, como é sua obrigação, estabelecendo prioridades. É de discernimento, de coragem, de clarividência e de decisão que os Açores precisam, não de lamúrias nem de queixumes, como se o tempo que nos desafia se compadecesse com hesitações e com críticas. O tempo que nos desafia deve ser preenchido com trabalho produtivo e com atitudes construtivas e é isso que esperamos e que exigimos do governo.

Rádio Naval, mais uma unidade que parte do Faial – outro exemplo de mistificação que tem andado de boca em boca com pouca clareza e com muito desconhecimento. A central de comunicações navais constituídas por emissores, receptores e antenas que tem funcionado no Faial e em S. Miguel irá funcionar apenas em S. Miguel, no Comando da Zona Marítima dos Açores, completamente automatizada (como seria se ficasse na Horta) por razões de exigência da Nato, técnica e incontornável.

No Faial serão mantidas duas estações de comunicações: a estação GMDSS (Global Maritime Distress and Safety System) constituída por um sistema de comunicações de socorro e salvamento e a estação GPS, agora modernizada com novas antenas.

E falando de socorro e salvamento marítimo, lembrarei a importância que o mar assume para esta ilha e as duas obras que marcam esta legislatura no Faial: a obra do DOP, de mais de 4 milhões de euros que o Governo dos Açores chamou a si; e a obra do Porto, a empreitada de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da cidade da Horta, cuja primeira fase está aí, à vista, no valor de 33 milhões e meio.

Ambas, de algum modo, complementares, ambas respondendo à vocação marítima do Faial, à cidade-mar que é a Horta, à necessidade de abrir uma nova etapa na abertura ao exterior, pelas portas da ciência no caso do DOP e dos transportes marítimos, no caso do porto. A lançar brevemente, a construção de Rampas ro-ro no Porto da Horta no valor de 1 milhão e meio.

Mas não estamos confinados à amplitude do mar. Em fase de finalização de revisão está o projecto do Bloco C do Hospital da Horta e ainda este ano será instalado o Centro de Adictologia.

Em curso está a construção do edifício para Centro de Noite na freguesia dos Flamengos e a construção do edifício para Centro de

Dia na freguesia da Conceição. Está em fase de projecto a Creche do Centro Comunitário do Divino Espírito Santo.

Na área da Cultura, já foi adjudicada a empreitada de reabilitação da Casa Manuel de Arriaga, pelo valor de 900 mil euros e estão em desenvolvimento os trabalhos de concretização do programa museológico, bem como o projecto museográfico;

A Igreja de São Francisco aguarda a reformulação do projecto por parte da Santa Casa da Misericórdia da Horta para se dar início aos procedimentos concursais para a execução da obra;

O Museu da Horta está a desenvolver um programa museológico que dará origem a um projecto de requalificação do imóvel onde se encontra instalado.

Na área da Educação, teremos o projecto da EB integrada da Horta a entregar ainda neste Verão; a obra propriamente dita seguirá o seu curso a partir deste projecto.

Mas não ficamos por aqui. Uma ilha com 15 mil habitantes e uma superfície de 172 Km², uma densidade de 85 hab/km², não terá possibilidade de absorver obras como um continente de milhares de km² e milhões de pessoas, mas não tem sido os seus limites geodemográficos que têm impedido o governo de aqui investir, como de resto é a sua obrigação rumo ao desenvolvimento harmónico da Região.

Outras obras recentemente concluídas, a decorrer ou em processo de concurso: a Estufa do Jardim Botânico; a Recuperação da Casa dos Botes, no Monte da Guia; as obras de manutenção na Casa dos Vigilantes; a empreitada de protecção marítima do acesso à Fábrica Velha da Baleia; a empreitada de demolição e reformulação de muretes para retenção de bagacinas do Monte Queimado e execução de rampa de acesso à Praia do Porto Pim (Parque natural da ilha do Faial) bem como o Muro do Porto Pim.

Em curso: a empreitada da Casa do Cantoneiro, na Caldeira; a empreitada de vedação do perímetro da Caldeira; empreitada de Requalificação do miradouro da Caldeira, tudo pertencente ao parque natural da ilha do Faial; Reparação e manutenção do edifício da Fábrica da Baleia, no Monte da Guia; Recuperação da casa de apoio ao trilho dos dez vulcões, nos Flamengos; Recuperação do trilho das Levadas.

Em procedimento de concurso: a empreitada de Recuperação do miradouro Dabney; Ampliação e reestruturação do Jardim Botânico do Faial (concurso publicado na primeira semana de Junho, com início das obras previsto para o início de 2011).

Estão em fase de execução do projecto a empreitada de protecção marítima do acesso à Fábrica Velha da Baleia (2ª fase); o Centro de Processamento e valorização orgânica de Resíduos na ilha do Faial, num valor estimado de 6 milhões de euros.

A não esquecer, as Casas de Aprestos do porto da Horta, os caminhos agrícolas, o sistema integrado de abastecimento de água, a estação de tratamento de água.

Especificando a título de exemplo: Repavimentação do Caminho rural da Atalaia – 4.300 metros, encontrando-se concluídos 2.300 - na freguesia da Feteira; Caminho rural do Farrobim (900 metros), na mesma freguesia – obra concluída; Caminho rural dos Almanços – Aberto, na freguesia de Castelo Branco, 3500 metros, obra concluída; Caminho rural dos Almanços – Lombega, na mesma freguesia, também obra concluída; Caminho rural dos Janalves, na freguesia dos Cedros, a concluir em Julho; Caminho Florestal da Ribeira do Cabo, 2000 metros, obra a concluir no início do Outono); E ainda algumas Empreitadas de obras públicas como a Reparação deste Edifício em que nós trabalhamos, sede desta Assembleia; a Adaptação do Edifício do Conservatório Regional da Horta a serviço da ALRAA e outras que, neste momento, não irei enumerar.

Mas há mais: a partir de 24 de Junho, dia de S. João e feriado municipal do Faial, vai ser aberto o maior percurso pedestre dos Açores, com 27 km de extensão, no quadro das novas valências criadas no Parque Natural da Ilha do Faial: o trilho dos 10 Vulcões, que se estende entre a Reserva Natural da Caldeira e a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies dos Capelinhos, costa Noroeste e Varadouro.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Para finalizar e para que conste, algumas outras clarificações: o PS não é conivente com o esvaziamento do Faial: desde logo porque não existe esvaziamento (em todas as épocas houve momentos em que tal se dizia, e este mote era comum a todas as ilhas: se houver dúvidas, basta consultar os jornais de há 50 anos, por exemplo); e também porque se houvesse alguma tentativa de concretizar um hipotético esvaziamento seríamos os primeiros a lembrar ao governo as suas obrigações. Sim, porque governar é obrigação do governo e estar atentos a essa governação, chamando a atenção quando existem razões para tal é obrigação de todos nós.

A nossa atitude é activa e actuante. E – mais uma vez – porque queremos clarificar e desmistificar, lembramos aqui algumas diferenças que nos distinguem, na argamassa de suspeições e na teia de sofismas amplamente divulgadas.

O Faial tem falta de outras obras? Certamente que sim. O PS está satisfeito com o que o Faial tem neste momento? Certamente que não. O PS vai continuar a lutar por mais desenvolvimento harmonioso, por mais progresso sustentável no Faial? Certamente que sim. O PS vai querer obras apenas para mostrar que o governo é amigo do Faial? Certamente que não. O PS entende o momento

da pesada crise internacional e das suas consequências nesta Região? Certamente que sim. O PS vai fazer de conta que a crise é só para os outros? Certamente que não. O PS é um partido responsável, proficiente, que mede em cada momento as suas prioridades? Certamente que sim. O PS é um partido que reivindica por reivindicar e sem atender em cada momento à evolução dos contextos e à adequabilidade e pertinência de cada assunto? Certamente que não.

Pelo exposto se conclui que o que temos a fazer é trabalhar, elevar, dignificar, inovar, motivar, criar. Ou, por outras palavras: ser cidadãos de corpo e alma e não motores de máquinas partidárias ao serviço da má-língua.

O Partido Socialista aqui está para seguir este caminho: o caminho do trabalho e da seriedade e do rigor. Admitimos, democraticamente, outras opiniões, mas não admitimos que estiolem a auto-confiança dos faialenses, debilizem as suas energias e a sua capacidade de resistência no momento difícil que atravessamos nem atrofiem as suas metas com negativismos redutores.

Disse.

Alzira Silva

Horta, Sala das Sessões, 17 Junho de 2010